



brasil@grupoparade.br

LOTERIA Mega-Sena acumula e novo concurso deve pagar R\$ 30 milhões

www.atarde.com.br/brasil

MINERAÇÃO Equipamentos não enviaram ou não atestaram a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) exigida Agência nacional interdita 54 barragens



Barragem de Barão de Cocais (MG) está na lista de interdições da ANM, que inclui duas barragens na Bahia

André Borges
Estádio Conteúdo, Brasília
A Agência Nacional de Mineração (ANM) informou que 54 barragens foram interditas por não enviarem ou não atestarem a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) exigida pelas estruturas. A lista inclui 14 barragens da Vale, em Minas Gerais.

Ao todo, 369 mineradoras enviaram DCE regularmente

O documento é obrigatório para as 423 barragens inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens e deveria ser entregue até 30 de setembro. 'As barragens interditas e sem DCE estão sendo monitoradas de perto e diariamente pelos agentes da ANM', informou Luiz Paniago, gerente de Segurança de Barragens de Mineração da ANM, por meio de nota.

DCE, pressupõe-se que a estrutura não tem estabilidade atestada. A maioria dessas interdições está relacionada a barragens inativas, que não recebem mais material. A DCE precisa ser enviada à ANM duas vezes ao ano: em março e setembro. Na

primeira etapa, quem declara a DCE é o empreendedor. Ele tem a opção de fazer na própria empresa ou contratar consultoria externa. Já na segunda, segundo a ANM, a empresa é obrigada a contratar consultoria externa. Quando o empreen-

dor não entrega a DCE, o sistema cria multa e a barragem é interditada. Minas Gerais é o estado que mais tem barragens interditas (33), seguido por Rondônia (5), Mato Grosso (4) e São Paulo (3). Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do

Sul e Pará têm duas barragens interditas.
A lista de barragens interditas inclui 14 da Vale, em Minas. Duas delas, em Ouro Preto e Barão de Cocais, são classificadas com 'nível 3', que significa 'risco iminente' de rompimento. Outras duas estão classificadas com 'nível 2', quando há ação para sanar o problema, mas o controle não está sendo eficaz. As outras dez, em 'nível 1', estão com 'comprometimento potencial'.

Vale
Por meio de nota, a mineradora Vale, envolvida em acidentes, informou que foram emitidas 82 DCEs positivas. 'Três estruturas melhoraram suas condições de estabilidade e, portanto, obtiveram DCEs positivas neste segundo semestre, após avaliação negativa em março.' A mineradora também disse estar trabalhando 'para o incremento dos fatores de segurança, com o objetivo de assegurar a estabilidade de suas estruturas'.

DEPEN

Órgão do Ministério da Justiça nega tortura em cadeias do Pará

O Serviço de Comunicação Social do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, divulgou nota com informações de laudos periciais que desmentem que tenha havido tortura por parte da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (Ftip) no Pará. A força-tarefa foi enviada pelo governo federal em 5 de agosto para intervenção em

13 presídios. Rebelião dentro no Complexo de Santa Izabel, no mês de julho, deixou 57 pessoas mortas. Conforme a nota, 64 presas e 11 presos foram levados ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, em Belém. 'Em todos os laudos, não foi constatada tortura', descreve o documento. Segundo o Depen, o Ministério Público do Pará reconheceu a necessidade da atuação da força-tarefa: 'A presença dos agentes federais de segurança proporcionou o restabelecimento do controle, pelo Estado, no âmbito dos presídios'.

Ainda de acordo com o órgão, relatório dos juizes da execução penal do estado ressalta que 'em nenhum momento [os magistrados] foram impedidos de exercerem as funções de inspeção dentro de algum presídio em que há atuação da Ftip', e que tiveram acesso imediato às unidades, bem como bom tratamento por agentes da força de cooperação.

VETO

Escolas públicas perdem serviço de psicologia e assistência social

Luci Ribeiro
Estádio Conteúdo, Brasília
O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente projeto de lei que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. O veto, publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU), dá-se, segundo explica o governo, porque cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita. 'A proposição legislativa,

ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponibilizem serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita. 'A proposição legislativa,

como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei nº 13.707, de 2018)', argumenta a Presidência da República, que ouviu os ministérios da Educação e da Saúde para decidir pelo veto à matéria. Para os pais dos estudantes, a falta de assistência será prejudicial para crianças e jovens mais carentes que usam, gratuitamente, os serviços das escolas, 'em diálogo com a família'.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR E DO CONSELHO FISCAL PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COM O CONSELHO DELIBERATIVO DO SÃO FRANCISCO DO CONDE ESPORTE CLUBES
O Presidente do Conselho Deliberativo do São Francisco do Conde Esporte Clube...

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICA DOURADA
11ª Adição de Contrato 355/14 Contratado: PATRIZ CONTRATO: 492 Contratação: CLT-LTD-ME, CNPJ: 03.434.720/0001-53. Objeto: prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 03/02/14...

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA
11º aditivo ao Contrato 84/16, em 18/05/18. Contratada: PNTN. Contratado: Jota Construções e Empreendimentos EIRELI. Objeto: reforma da Unidade de Apoio Especializada em Saúde...

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CODER
CONSELHO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREÇO ELETRÔNICO Nº 005/2019 - NÚMERO BR: 787819
Abertura: 23/10/2019 às 15:00 (Horário de Brasília) - Objeto: AQUISIÇÃO DE STORAGE, SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, Família: 72, 25 - etc...

EDITAL DE IDENTIFICAÇÃO DE PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÃO
Pelo presente edital, por estar (em) em local incerto e não sabido, ter-se ocultado ou recusado o recolhimento da carta de crédito de habilitação, faculto aos interessados...

bradesco
LEILÃO SOMENTE ONLINE 19 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 21/10/2019 a partir das 11h00
Lote 03 - SÃO SEBASTIÃO DO PASSADELO - TERRENO DO PASSADELO - TERRENO... Lote 04 - TEIXEIRA DE FREITAS...

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
AVISO DE EDITAL/LEILÃO SAEB Nº 04/2019
A Secretária da Administração do Estado da Bahia/SAEB torna pública que nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Estadual nº 9.433/03 e da Lei Estadual nº 9.858/05 realizará LEILÃO para alienação de bens móveis...

BANCO DO BRASIL
PÁTRIA AMADA BRASIL
Referente à cobrança de créditos inadimplidos com risco da União ou Fundos Públicos Federais, cuja Administração está a cargo do Banco do Brasil S.A., comunicando a pertinência do crédito à União, vencimento de dívida e inscrição no CADIN.

BANCO DO BRASIL
PÁTRIA AMADA BRASIL
Referente à cobrança de créditos inadimplidos com risco da União ou Fundos Públicos Federais, cuja Administração está a cargo do Banco do Brasil S.A., comunicando a pertinência do crédito à União, vencimento de dívida e inscrição no CADIN.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
AVISO DE EDITAL/LEILÃO SAEB Nº 04/2019
A Secretária da Administração do Estado da Bahia/SAEB torna pública que nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Estadual nº 9.433/03 e da Lei Estadual nº 9.858/05 realizará LEILÃO para alienação de bens móveis...

BANCO DO BRASIL
PÁTRIA AMADA BRASIL
Referente à cobrança de créditos inadimplidos com risco da União ou Fundos Públicos Federais, cuja Administração está a cargo do Banco do Brasil S.A., comunicando a pertinência do crédito à União, vencimento de dívida e inscrição no CADIN.

BANCO DO BRASIL
PÁTRIA AMADA BRASIL
Referente à cobrança de créditos inadimplidos com risco da União ou Fundos Públicos Federais, cuja Administração está a cargo do Banco do Brasil S.A., comunicando a pertinência do crédito à União, vencimento de dívida e inscrição no CADIN.